

Mário Celso Lobo

A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO BÁSICO

Bacharelato em Supervisão e Orientação Pedagógicas

Instituto Superior da Educação da Praia, 2007

Mário Celso Lobo

A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO BÁSICO

**Trabalho Científico Apresentado no ISE para obtenção do Grau de Bacharel sob a
Orientação do Dr. Arlindo Mendes Vieira**

O Júri;

- 1.....
- 2.....
- 3.....

Instituto Superior da Educação da Praia, aos ____ de _____ de 2007.

Dedicatórias

À memória da minha mãe:

Que me serviu de luz e guia em momentos defíceis da juventude e que constituiu a principal fonte das minhas inspirações.

Aos meus filhos e esposa Irlanda Lobo:

Que têm sido a grande razão e incentivo para o meu desenvolvimento intelectual e pessoal.

Ao Dr. Arlindo Mendes Vieira:

Pelas suas sábias orientações e sua permanente disponibilidade.

E a todos os que directa ou indirectamente colaboraram na execução deste trabalho.

“ A avaliação deve gerir as mudanças e não ser ferramenta de punição”

(LIMA,2000)

1. Introdução

É fundamental que a educação, os professores e os alunos se organizem à volta da avaliação pedagógica que será, de algum modo, um dos pilares básicos de conhecimento: “aprender a fazer”, pois o aprender a fazer é uma das grandes preocupações dos profissionais que povoam os estabelecimentos de ensino.

As escolas vêm enfrentando alguns problemas no tocante à avaliação das aprendizagens e é nesta linha de pensamento que se optou para a realização do presente trabalho de pesquisa. Pretende ser um contributo face aos problemas da avaliação da aprendizagem escolar e que posteriormente será apresentado com convicção total de que a sua materialização servirá de melhoria da qualidade de ensino. O uso de instrumentos diversificados de apoio, em situar o nível de desenvolvimento dos educandos, proporciona elementos valiosos sobre questões práticas que se levantam no dia-a-dia da actividade docente e levará à elaboração de instrumentos e materiais que procurarão dar resposta às demandas da comunidade educativa e escolar.

Quanto à estrutura, o presente trabalho se encontra dividido em três capítulos, sendo o primeiro que abarca o **Enquadramento Teórico**, A Prática da Avaliação nas Escolas, Diferença entre a Avaliação e Classificação, Finalidades da Avaliação, Outros Meios de Avaliação de Aprendizagem no Ensino Básico, Breve Enquadramento Normativo e Sobre as Retenções e Aprovações dos Alunos no Ensino Básico; o segundo que inclui a **Opção Metodológica** e a Caracterização do Meio e um último capítulo que abarca a **Análise e Apresentação dos Dados** relativos ao estudo do caso.

1.1. Questões orientadas do estudo

Pretendemos com este trabalho, saber como tem sido a prática da avaliação das aprendizagens num dos Pólos Educativos da Capital, levando em consideração as seguintes hipóteses orientadas do estudo:

- A avaliação tem sido utilizada na escola básica para melhorar o processo ensino-aprendizagem?
- A avaliação tem dado aos professores elementos que os tornem capazes de situar fidedignamente, a posição do aluno em relação às aprendizagens?
- A avaliação que se faz no Pólo Educativo em estudo, tem colocado o aluno no centro das atenções?

- Os professores conhecem e aplicam as modalidades e outros instrumentos de avaliação das aprendizagens?

Analisar o processo de avaliação das aprendizagens no Pólo Educativo, constitui o principal objectivo geral deste trabalho, do qual os resultados do trabalho contribuirão para:

- Desenvolver no professor uma atitude positiva em relação à avaliação da aprendizagem;
- Permitir ao professor reflectir sobre as suas experiências e práticas pedagógicas actuais e como tem sido respeitado face à legislação vigente;
- Adquirir novos conhecimentos em matéria da avaliação da aprendizagem;
- Conhecer e aplicar modalidades e instrumentos da avaliação.

Pode dizer-se que esse tema, “Avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico” é de muita pertinência e pelo facto de existirem muitas críticas e comentários conflituosos no seio da comunidade educativa e muitas vezes os professores não se sentem “Justos” e, por outro lado, dado à minha vivência como professor largos anos, constatei que uma boa parte dos professores usam, exclusivamente, como instrumento de avaliação da aprendizagem os testes escritos, particularmente, os sumativos, esquecendo-se de outros elementos e das técnicas e métodos activos e participativos que possam complementar as aprendizagens dos seus educandos, provocando, como resultado, repetências sucessivas e a evasão de muitos de seus alunos.

Muito embora, já se conheça a legislação (Decreto-lei nº43/2003 de 27 de Outubro) para o novo sistema de avaliação dos alunos no Ensino Básico, pode facilmente constatar-se que são muitos e diversificados os «protestos», pelo facto de existirem algumas injustiças na avaliação e normalmente não se aceitam opiniões, nem dos pais e nem dos próprios alunos a respeito do processo.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Origem e evolução da avaliação¹

Avaliar originou do latim *a* + *valere*, com o significado de atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Portanto, avaliar é atribuir um juízo de valor sobre um processo para verificar a sua qualidade e o seu resultado. *A avaliação do processo ensino/aprendizagem tem sido pautada pela lógica da mensuração, isto é, associa-se o acto de avaliar ao de “medir” os conhecimentos adquiridos pelos alunos.*

Estudos sobre a avaliação foram feitos desde o início do século XX. As duas primeiras décadas deste século tiveram o seu marco histórico pelo desenvolvimento de testes padronizados para medir as habilidades, atitudes e aptidões dos alunos que, tiveram muita influência, particularmente nos Estados Unidos da América, através dos estudos levados a cabo por vários docimólogos.

Nessa época, as pesquisas avaliativas eram voltadas para a medição de mudanças do comportamento humano. *Eram realizadas experiências relativas à produtividade e à moral dos operários, à eficácia de programas de saúde pública, à influência de programas experimentais universitários sobre a personalidade e atitudes dos alunos.*

Atendendo que há um percurso a seguir no processo ensino-aprendizagem, é indispensável criar mecanismos de acompanhamento do processo. Salientar que todas as informações recolhidas sobre o grau de aprendizagem da turma ajudam o professor na procura de meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolver as suas dificuldades, desde que se apercebam de tais dificuldades e é precisamente por isso, que a avaliação tem uma intenção formativa (RIBEIRO, 1999:75-76).

1.1. Evolução das gerações da avaliação

Foi a partir do início do século XX, que a avaliação passou a conhecer quatro fases principais: mensuração, descrição, julgamento e negociação.

¹ WWW. Gestiolis. Com/Canalis 4/rrhh/aprendizagem.htm-102 K- Por Maria Elisabetha Pereira Kremr. Acesso em 09 de Junho de 2007

– **Mensuração** – Nessa fase não havia distinção entre a avaliação e medição e os estudiosos apenas se preocupavam com a elaboração de instrumentos e testes para medir, classificar ou determinar o rendimento dos alunos.

– **Descrição** – Essa fase surgiu com a finalidade de buscar melhor entendimento do objectivo da avaliação. Pois, surgiu a necessidade de descrever o sucesso ou dificuldades dos educandos em função dos objectivos preestabelecidos.

– **Julgamento** – Essa terceira fase tinha como preocupação maior fazer um julgamento. Assim, o julgamento passou a ser um factor essencial do processo avaliativo, pois não só importava medir e descrever, mas também atribuir um juízo de valor a determinados objetivos.

– **Negociação** – Foi uma fase que ganhou maior prestígio nessa época; a avaliação é um processo interactivo, negociado e que baseia nas teorias construtivistas. Sousa (1993) opina que, segundo essa fase, a avaliação tem a finalidade de fornecer informações sobre o processo de ensino-aprendizagem, que permitem aos agentes educativos repensarem sobre a evolução dos alunos.

Durante bastante tempo a avaliação foi privilégio de alguns, enquanto instrumento de poder, quase sempre indiscutível; tornou-se assunto polémico e às vezes conflituoso entre os vários intervenientes da educação/formação.

Apesar da existência de normas reguladoras da avaliação das aprendizagens na legislação escolar cabo-verdiana até agora vigentes e tendo em conta as características e os princípios norteadores do nível de ensino básico, tem-se verificado na prática, dificuldades na tradução desses princípios e na gestão pedagógica, acabando por criar uma polémica à volta dos processos curriculares e da própria avaliação das aprendizagens.

Tradicionalmente o professor encarava a avaliação, exclusivamente, como um processo de classificar os alunos no final de um período de tempo mais ou menos longo. Consequentemente se resumia às actividades que permitiam ao professor rotular o aluno e qualificar o resultado a que chegou (CORTESÃO e TORRES, 1990:90-91).

Realmente o acto de classificar faz parte do processo avaliativo, mas não pode de modo algum, ser usado como seu sinónimo.

Se se quiser uma escola democrática, perspectivada para o desenvolvimento do aluno, a avaliação deve surgir como algo que ultrapassa o acto de classificar.

Por outro lado, estudos levados a cabo pelos docimólogos revelaram aquilo que muitos professores e alunos já sentiam e que outros suspeitavam a grande aleatoriedade dos processos de produção de notas, ou por outras palavras, a subjectividade dos processos de avaliação.

Essa subjectividade sentimo-la e sabêmo-la pela experiência vivida e acredita-se que o problema da subjectividade poderá resolver-se através da utilização diversificada de instrumentos de avaliação e do seu tratamento adequado, que consequentemente terão efeitos e resultados dignos e correctos sobre os avaliados.

Experiências nos revelam que os alunos aprendem melhor quando são frequentemente objecto de uma avaliação em que compreendem o fundamento e que lhes permite identificar os seus pontos fracos e que consequentemente os orienta para uma direcção adequada.

Acatamos a ideia de alguns autores como Pilleti, Leal e Cortesão, defendendo que *«a avaliação deve ser um instrumento eficaz de gestão pedagógica, um instrumento de diálogo, de ajustamento e negociação entre os educadores e os educandos, garantindo assim, aquilo que todos queremos e desejamos, a objectividade, isto é, a transparência de processos»*.

A actividade de avaliação não tem de ser uma *actividade solitária* do professor como é comum na nossa tradição. A diversificação de instrumentos numa avaliação referida ao critério e à progressão do aluno é um método aconselhável, como forma de garantir a redução da subjectividade.

O trabalho em equipa de professores deve definir instrumentos de avaliação para o estudo das suas qualidades avaliativas, na aferição das avaliações e na redução das divergências classificativas, constituem uma tarefa essencial no processo ensino-aprendizagem. Este trabalho de equipa não deve ser visto, apenas, no âmbito da sua turma, já que todos os professores partilham objectivos de desenvolvimento de competências transversais comuns (PINTO e LEAL, 1994:89).

2. A prática da avaliação nas escolas²

A prática da avaliação nas nossas escolas tem sido muito criticada, sobretudo quando se reduz à função de controlo, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativos às notas que obtiveram nas provas. Os professores não têm conseguido usar os

² LIBANEO, Jose Carlos (1991). Didáctica . (Coleção Magistério-2º Grau)- Série Formação do Professor, São Paulo, Brasil.

procedimentos de avaliação que, sem dúvida, implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalhos escritos, trabalhos de grupo, observações, questões orais, diálogo, entre outros para atender a sua função educativa.

O mais comum é tornar a avaliação unicamente como acto de aplicar provas, atribuindo notas e classificar os alunos. O professor reduz a avaliação sobre aquilo que o aluno memorizou ou decorou e usa a nota somente como instrumento de controlo. *Pode-se notar que, ainda hoje há professores que se vangloriam por deter o poder de aprovar ou reprovar. Frequentemente ouvimos expressões, como por exemplo: «O fulano é excelente professor porque reprova uma boa parte da turma»; «O ensino na escola X é muito puxado porque poucos alunos conseguem aprovar»* (LIBÂNEO, 1991: 196).

Em contrapartida, ao fixar critérios de desempenho, o professor avalia os alunos pelo seu mérito individual, pela sua capacidade de se ajustarem os seus objectivos, independentemente das condições de ensino, dos alunos, e dos factores externos e internos que interferem no rendimento escolar.

Realmente a atitude de dar notas somente com base nas provas escritas tem limitação. As provas são frequentemente empregadas para medir a capacidade de memorização. Os professores, por sua vez, têm dificuldades em avaliar resultados mais importantes do processo de ensino, como a compreensão, a originalidade, a capacidade de resolver problemas, a capacidade de relacionar factos e ideias (LIBÂNEO, 1991:200).

Acrescenta ainda o autor que, as provas escritas e outros instrumentos de verificação são meios necessários de obtenção de informação sobre o rendimento dos alunos.

A escola, os professores, os alunos e os pais e encarregados de educação necessitam de comprovação quantitativa e qualitativa dos resultados de ensino e aprendizagem para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido e nota-se que crianças precisam sentir desafiadas para que possam mobilizar suas energias físicas e intelectuais, segundo opiniões do MARQUES, (1983).

3. Diferença entre a avaliação e a classificação³

A avaliação é uma operação indispensável em qualquer sistema escolar e é independente da classificação. É um processo que pretende, essencialmente, acompanhar o progresso do aluno ao

³ LUCIE, Carrilho, Avaliação da Aprendizagem, Lisboa. Ed.Texto Editora, 1989, 7ªEdição, p.75-78

longo do seu percurso de aprendizagem, com a finalidade de verificar o que foi conseguido e as dificuldades encontradas, procurando delinear soluções.

A avaliação descreve os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos adquiriram, isto é, os objectivos do ensino atingidos num determinado percurso e que dificuldades estão a revelar em relação a outros(em termos qualitativos). Esse papel informativo ajuda o professor a procurar meios e estratégias para orientar os alunos na resolução das suas dificuldades.

Enquanto que a classificação tem um papel de seleccionar os alunos, atribuindo-lhes uma determinada posição numa escala de valores (em termos quantitativos) e compara os resultados do aluno com os dos outros elementos da turma. Por outro lado, reduz toda a informação que é possível adquirir numa avaliação e indica a posição do aluno numa escala de valores, sem explicar as causas ou os motivos dessa posição, o que a avaliação pode fazer. A classificação necessita, sempre, de uma avaliação para que se possa situar o aluno numa determinada posição, enquanto que pode haver uma avaliação sem qualquer classificação.

Por outro lado, a classificação não informa acerca da aprendizagem dos alunos, dos aspectos em que têm mais dificuldades. Pode também, criar um clima de competição entre os alunos nem sempre saudável e que não corresponde às expectativas de um progresso maior.

4. Finalidades da avaliação⁴

A avaliação da aprendizagem no ensino básico é um processo de importância extrema da prática educativa que permite recolher sistematicamente informações e formular juízos para a tomada de decisões adequadas às necessidades dos alunos e do sistema educativo e visa prosseguir as seguintes finalidades:

- Estimular o sucesso educativo dos alunos, permitindo orientar a acção do professor no seu relacionamento com os educandos e com os encarregados de educação, auxiliar os alunos na tomada de decisões que possam influir no processo educativo e melhorar a qualidade do ensino ministrado na escola.

- Certificar os saberes adquiridos, tendo em conta os conhecimentos, as competências e capacidades dos alunos, quer para o prosseguimento de estudos, quer para o ingresso na vida activa.

⁴ PINTO, Jorge e LEAL, Leonor Cunha, , Antologia de Textos-Avaliação Pedagógica, Ed.ESE de Setúbal, 1994.

- Promover a qualidade do sistema educativo, permitindo fundamentar mudanças e inovações a partir de uma aferição do ensino e da aprendizagem.

5. Outros meios de avaliação da aprendizagem no ensino básico e sua importância⁵

O sentido da avaliação não é apenas produzir uma dada informação sobre o «estado dos educandos», mas de tal forma pertinente que ela contribua para a melhoria do próprio processo educativo.

Os instrumentos de avaliação, bem como os conteúdos a avaliar, devem ser claros, de forma a que os alunos entendam sempre o que deles espera o professor ou seja:

- O professor deve explicitar bem claro os critérios de avaliação e informar quais os indicadores que incidem sobre a avaliação das aprendizagens, permitindo assim um diálogo mais construtivo com o educando. Ao clarificar os critérios e as tarefas, está também a tornar a avaliação mais objectiva e o aluno não terá uma determinada nota por critérios que só o professor conhece, mas que ambos conhecem e segundo uma reflexão feita entre os diferentes protagonistas do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação dos alunos deve ter, ao longo do seu percurso escolar, um carácter vincadamente formativo porque desempenha uma função dominante no desenvolvimento do currículo e de todo o processo educativo. Ela não é para surpreender o aluno, mas sim uma oportunidade para que ele revele os conhecimentos, as habilidades e competências.

O professor que queira o sucesso da turma deve preocupar-se com a organização do espaço onde a aula vai acontecer e deve criar também, um clima favorável às actividades, ser motivador da aprendizagem, ser encorajador e colocar constantemente o aluno perante novos desafios, aumentando assim, o seu nível de auto-estima e, sobretudo, deve criar formas e inventariar instrumentos de avaliação das aprendizagens da turma que orienta, o mais condignamente possível e, nesse contexto, debruçamos sobre a importância de alguns instrumentos de avaliação que se seguem:

a) Observação

A observação é a forma mais correcta de se avaliar o aluno, segundo alguns autores. Ela é flexível, abrangente, informal e mais justa. Permite perceber como o aluno constrói o

⁵ **LIBANEO**, Jose Carlos (1991). Didáctica . (Colecção Magistério-2º Grau)- Série Formação do Professor, São Paulo, Brasil

conhecimento, seguindo de perto todos os passos desse processo. Eis alguns aspectos que podem ser observados:

- as atitudes do aluno: responsabilidade, honestidade, lealdade, sinceridade, cooperação, solidariedade, coragem, persistência, tolerância...

- o comportamento: seu relacionamento com os outros, sua disposição de cooperar. De ajudar os colegas, se ele demonstra ser uma pessoa livre, crítica, independente ou ao contrário, submisso, pacato e subserviente.

- as habilidades: se sabe ler com compreensão, se sabe interpretar, analisar um texto com espírito crítico, se sabe organizar os estudos, se tem a capacidade de compreender, se sabe realizar experiências e actividades que lhe forem solicitadas, se sabe trabalhar em equipa, se tem originalidade, criatividade, se sabe falar/comunicar correctamente, se sabe argumentar...

- os interesses: as perguntas que faz, os assuntos ou livros que lê, o que gosta de fazer, o que demonstra com mais curiosidade, se interessa pelos factos sociais e da sua comunidade.

- as actividades (exercícios e tarefas): se o aluno faz as tarefas, se ele as acerta, se tem zelo, se é pontual no cumprimento dos prazos e das obrigações, se é capaz de aplicar conhecimentos na solução dos exercícios ou problemas práticos.

- conhecimento: se o aluno demonstra conhecimento quando fala, quando discute, quando faz as suas actividades...

b) **Trabalho** - através do trabalho, o professor poderá constatar a capacidade de análise, de crítica e de organização das ideias dos alunos, bem como as suas dificuldades. Por outro lado, os trabalhos apresentam inconvenientes, pois, podem ser feitos por terceiros. Para evitar isso, o professor deve valorizar a aprendizagem do aluno, elogiando-o pelos seus progressos, analisando o trabalho de cada aluno e desprezando o aspecto de dar nota.

c) **Entrevista** - as entrevistas são óptimos meios que aproximam o professor do aluno. O professor deve deixá-lo bem à vontade para que ele possa manifestar todas as suas mágoas, angústias e dificuldades. Assim, o professor poderá descobrir as suas limitações, bem como os interesses, necessidades, actividades e conteúdos preferidos.

d) **Debate** - o debate é uma discussão em que os alunos expõem seus pontos de vista a respeito de assunto polémico, permitindo-lhes aprender a defender uma opinião, fundamentando-a em argumentos convincentes e os ajuda a desenvolver a oralidade. O professor apresenta a situação-problema ou o caso. A avaliação será feita, observando se os alunos localizam as fontes

onde obter informações necessárias para resolvê-la e já sabem usá-las. Observa como o aluno age e se usa a metodologia adequada para resolver o caso.

e) **Dossier** – o dossier pode ser um caderno ou folhas encadernadas, no qual o aluno regista todas as actividades que desenvolveu num período de tempo, como por exemplo: pesquisa, análises e conclusões de leituras, conclusões de trabalho de grupo, anotações das intervenções do professor ou dos colegas. No final do período, o professor recolhe o dossier para ser examinado. Ele observa se o aluno registou todas as actividades. Aqui pode ser considerado a organização de ideias, a ortografia, as capacidades de interpretar, de redigir, de relacionar factos, de analisar...

f) **Inventário** - consiste num levantamento de tudo o que o aluno faz e sabe sobre determinado assunto. Pode-se considerar leituras, experiências, seminários, discussões, viagens e também conceitos e informações que o aluno possui sobre um determinado tema ou disciplina.

g) **Questionário** - é uma espécie de prova informal e pode ser usado para verificar o que o aluno já conheceu sobre determinado assunto. Praticamente seria um pré-teste para diagnosticar o aluno.

h) **Amostras** - a amostra faz com que o aluno relaciona a teoria com a prática. O professor pode solicitar o aluno que traga amostras de material ou objecto sobre o que está sendo estudado. Se trouxer amostras certas, estará comprovando que aprendeu. Pode-se referir algumas mostras, como por exemplo: raízes, folhas, insectos, pedras, terra, barro e outros.

i) **Provas objectivas** - as provas objectivas são úteis e muito importantes e trazem algumas vantagens:

- podem ser corrigidas com facilidade;
- haverá menos possibilidades de praticar injustiça ou favorecimento, pois as questões são objectivas por terem respostas certas e já previstas;
- permitem avaliar maior número de itens, abarcando toda a matéria;
- não entra o factor subjectivo na correcção, como acontece nas provas descritivas, pois, nestas pode ocorrer uma discrepância em termos de atribuição de notas, podendo depender do estado de espírito ou do momento em que o professor as corrige.

j) **Prova subjectiva** - consiste em questões abertas que permitem ao aluno descrever a resposta. As questões não exigem uma resposta categórica (clara e precisa), permitindo uma certa flexibilidade. A prova subjectiva é usada para verificar se o aluno sabe pensar e muitas vezes uma

mesma questão pode ter respostas diferentes, sem no entanto, ser considerada errada. A esse tipo de prova também possui algumas vantagens:

- exige do aluno a capacidade de compreensão;
- permite avaliar a capacidade de análise, de crítica, de apreciação e de síntese;
- exige do aluno a organização e estruturação das suas ideias;
- possibilita verificar a criatividade do aluno.

Certamente dá para notar que, através da observação é preciso avaliar quase tudo sobre a personalidade do aluno. E às vezes podemos até questionar: será que precisamos usar provas para avaliar a aprendizagem? Será que não podemos dispensá-las? Pois, as provas, talvez, são simples instrumentos de consolidação daquilo que o aluno vivenciou ou aprendeu durante as actividades lectivas, defende PILETTI (1990).

6. Breve enquadramento normativo⁶

A avaliação das aprendizagens no ensino básico consagra-se no Decreto-Lei nº 43/2003 de 27 de Outubro, Neste contexto educativo caboverdeano e, tomando a lei como princípio orientador, verifica-se que a avaliação surge como um instrumento útil e necessário à promoção da mudança e à optimização do processo ensino-aprendizagem.

As normas regulamentadas no referido Decreto-Lei apontam que a avaliação deve incidir sobre os conhecimentos, as capacidades e as competências do aluno face ao plano curricular de cada disciplina e processa-se trimestralmente, em conformidade com as fases em que está organizado.

Por conseguinte, a lei de Bases do sistema Educativo Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, determina que o ensino básico é universal e obrigatório, definindo seus princípios, objectivos e organização.

Diz ainda a lei que o ensino básico tem a duração de seis anos e está organizado em fases de dois anos de duração cada e visa fundamentalmente o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a sua integração na sociedade, a aquisição de conhecimentos que permitam a compreensão do meio envolvente e de atitudes que se traduzem no apreço pelo trabalho manual e no interesse pelos ofícios e profissões e ainda o desenvolvimento de capacidades físicas e de criatividade e sensibilidade artísticas.

É nesse âmbito que se torna necessário a tomada de medidas no Plano Legislativo que permitam estruturar e implementar um sistema de avaliação das aprendizagens que se realize segundo premissas de rigor e transparência e contribua efectivamente, para a promoção da qualidade do ensino, indo ao encontro das expectativas de grande parte da comunidade educativa.

A avaliação processa-se consoante as fases em que está organizado o ensino básico e em cada fase é feita trimestralmente, sendo:

- a) 1ª Fase, constituída pelo 1º e 2º anos de escolaridade;
- b) 2ª Fase, que engloba 3º e 4º anos de escolaridade;
- c) 3ª Fase, constituída por 5º e 6º anos de escolaridade.

Tendo em conta que as normas por que se regia a avaliação no ensino básico (Portaria nº 11/95, de 13 de Março e despacho normativo de 30 de Junho) não eram adequadas ao processo de ensino e de aprendizagem e considerando a necessidade de se impor o necessário rigor ao processo de avaliação, de modo a que este contribua para a promoção da qualidade do ensino, aprovou-se um novo regime de avaliação no ensino básico, que se orienta pelos seguintes objectivos:

- a) Melhorar o sistema educativo, fornecendo elementos para a selecção de métodos e recursos educativos e para a adequação e reformulação dos programas e das metodologias;
- b) Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos e com os pais e encarregados da educação;
- c) Ajudar os alunos a seguir o seu próprio processo de aprendizagem;
- d) Propiciar ao encarregado da educação elementos para o acompanhamento do processo de aprendizagem do respectivo educando.

Deve-se realçar que no diploma se mantém a 1ª fase do ensino básico como um processo único e contínuo de avaliação, com a duração de seis semestres, com o objectivo fundamental de promover a aquisição de competências propedêuticas e elementares dos alunos.

Corporiza no diploma um modelo de avaliação que possibilite às escolas e aos professores emitir um juízo valorativo e classificativo no fim de cada ano de escolaridade, com excepção do 1º ano da 1ª fase, com a possibilidade de retenção a partir do 2º ano da 1ª fase.

São ainda consagrados no diploma, princípios, opções e medidas orientados no sentido da melhoria efectiva da qualidade de ensino, designadamente:

⁶ Decreto-Lei Nº 43/2003, de 27 de Outubro

- a) A consideração da avaliação como algo inserido no processo de aprendizagem e, como tal, incidindo sobre os conhecimentos, as atitudes e os comportamentos dos alunos, em conformidade com os objectivos específicos das diferentes áreas disciplinares;
- b) Maior rigor no processo de avaliação, o que leva implícita a mensagem de maior qualidade no processo de aprendizagem, nomeadamente em Língua Portuguesa e Matemática;
- c) A existência e utilização adequada de instrumentos de registo de avaliação;
- d) O desenvolvimento de acções e medidas que asseguram um processo de recuperação de alunos ao longo do ano, sem prejuízo de organização de aulas específicas e de organização de momentos de prestação de prova extraordinária de recurso;
- e) A recentragem das funções básicas da avaliação, que são a formativa e a classificativa (diagnóstica, formativa/contínua, sumativa e aferida);
- f) A previsão, ainda que a título não exaustivo, das diferentes técnicas ou meios de realização da avaliação, além dos testes sumativos;
- g) A devida consideração da avaliação das crianças com necessidade educativas especiais (NEE), tendo em devida conta a natureza dessas necessidades e os meios ou códigos de comunicação correspondentes;
- h) A previsão dos principais instrumentos de registo da avaliação, designadamente; a ficha individual do aluno, a caderneta de turma e a ficha de comunicação com os encarregados da educação;
- i) A definição dos termos quantitativos e qualitativos em que deve expressar-se a classificação dos alunos: Muito Bom (20-17 valores); Bom (16-14 valores); Suficiente (13-10 valores) e Insuficiente (inferior a 9 valores);
- j) A definição da natureza e formas de elaboração, aplicação e correcção das provas finais do ensino básico;
- l) A regulação dos critérios de aprovação, de aprovação ou retenção dos alunos nas diferentes fases e nos diferentes anos de escolaridade, corresponsabilizando-se nesse processo o professor de turma e um docente indicado pelo Núcleo Pedagógico;
- m) A atribuição ao aluno que conclua a escolaridade obrigatória com sucesso de um diploma e um certificado do ensino básico;
- n) A garantia de recurso das decisões tomadas em matéria de avaliação.

A nosso ver, parece evidente que o conceito da avaliação no novo sistema educativo constitui um verdadeiro “instrumento” para a reflexão sobre o ensino, ou seja, muito mais do que um simples meio para avaliar resultados de aprendizagem e consequente classificação dos alunos. O novo sistema de avaliação dos alunos no ensino básico deve envolver as práticas lectivas e não lectivas, que deverão ajustar-se ao princípio da pedagogia processual e à avaliação criterial que o sistema preconiza

7. Algumas funções da avaliação⁷

A avaliação no ensino básico é indissociável da prática pedagógica e destina-se a recolher informações indispensáveis à orientação do processo ensino-aprendizagem e deve compreender duas funções fundamentais:

1) - A função formativa que se prossegue através de uma avaliação sistemática e contínua e consiste na recolha e tratamento de informações relativas aos vários domínios de aprendizagem, que revelem os conhecimentos, as habilidades, as capacidades e as atitudes desenvolvidas pelos alunos. Essas informações recolhidas permitem caracterizar os pontos fortes e fracos, avaliar os êxitos e fracassos dos alunos, as necessidades, ritmos e oportunidades de melhoria da aprendizagem e, em função destes elementos aplicar as medidas correctivas.

2) - A função classificativa que consiste em hierarquizar e classificar o aluno, medindo as competências individuais acumuladas ao longo do processo de aprendizagem. Essa função certifica as competências adquiridas através da avaliação de conhecimentos, habilidades e capacidades dos alunos, quer para o prosseguimento de estudos, quer para melhor integração na sociedade.

Entendemos que a avaliação não deve estar vinculada a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, ela deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, acções e medidas que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

8. Algumas modalidades da avaliação previstas no nosso normativo⁸

As formas de avaliarmos o aluno dependem das metas, dos objectivos que se pretende e das técnicas de ensino usadas.

É preciso que o professor saiba que conhecimentos possui o aluno e o que está aprendendo, uma vez que o processo educativo é dinâmico e a avaliação ser continuamente: antes, durante e depois. As avaliações a que o professor procede enquadram-se em três grandes tipos: avaliação diagnóstica, formativa e sumativa.

Segundo o Decreto-lei N° 43/2003 de 27 de Outubro, existem quatro modalidades da avaliação no ensino básico, as quais devem contribuir para o sucesso dos alunos e a qualidade do sistema de ensino: avaliação diagnóstica, avaliação formativa, avaliação sumativa e avaliação aferida.

8.1. Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnostica é a que se realiza no início do ano escolar, de um trimestre ou de uma unidade de ensino, com a finalidade de obter informações que dizem respeito aos pré-requisitos, interesses, atitudes, habilidades e hábitos que o aluno possui para determinado tipo de aprendizagem, isto é, tem a função de verificar se o aluno está de posse de certas aprendizagens anteriores que servem de base à unidade que se inicia.

8.2. Avaliação formativa

Esta avaliação acontece ao longo de todo o processo de aprendizagem. No final de cada sub-unidade o professor avalia o progresso dos alunos antes de avançar para a sub-unidade seguinte.

“A avaliação formativa é a principal modalidade do ensino básico” (VILAR,1993:14) e destina-se a informar o aluno, o seu encarregado da educação, os professores e outros intervenientes da educação, sobre a qualidade do processo educativo e de aprendizagem, bem como o estado de cumprimento dos objectivos do currículo, com a finalidade de:

- Estabelecer um feedback ao professor e ao aluno, relativamente ao progresso deste;
- Detectar os problemas do ensino-aprendizagem;
- Localizar as dificuldades e o erro, de modo a permitir a utilização de outros processos de ensino. A esse respeito, defende RIBEIRO (1989:86) e somos também de opinião, de que a avaliação formativa nunca se destina a classificar os alunos. Por isso, os dados colhidos nunca

⁷ Artº. 4º do Dec.Lei N° 43/2003 de 27 de Outubro

⁸ Decreto-Lei N.º 43/2003, de 27 de Outubro

são expressos numericamente. O professor é, no entanto, livre de adoptar o processo de anotação que considerar mais funcional e deverá registá-lo em fichas adequadas.

Essa avaliação tem um carácter contínuo e sistemático, baseando-se na recolha de dados relativos aos vários domínios de aprendizagem, pelo professor, que evidenciam os conhecimentos e competências adquiridas, as capacidades e atitudes desenvolvidas.

Normalmente o professor procura não prosseguir com a matéria sem se verificar de que tal ou tais objectivos foram atingidos pelos alunos. Podemos avançar que a avaliação formativa deverá incidir sobre os seguintes instrumentos: a entrevista, a observação, as provas, a análise dos erros, as produções dos alunos, a análise dos trabalhos de casa ou feitos na aula, o trabalho de grupo, entre outros.

8.3. Avaliação sumativa

Esta modalidade visa classificar os alunos no final de uma unidade, período ou ano escolar, incidindo sobre uma amostragem significativa dos objectivos de ensino. É realizado de acordo com um calendário escolar estabelecido no início de cada ano lectivo e deve ser expressa qualitativa e quantitativamente, segundo escalas previamente definidas e a sua elaboração é da responsabilidade de todos os professores que integram o Núcleo Pedagógico, que por sua vez complementa as restantes modalidades e é feita através de testes (provas) escritos.

A Avaliação Sumativa compreende a avaliação sumativa interna e a avaliação sumativa externa.

A avaliação sumativa interna é da responsabilidade conjunta do professor e do Núcleo Pedagógico do Pólo, sob a orientação da delegação concelhia do departamento governamental responsável pela educação, e destina-se a informar ao aluno, aos encarregados de educação, e aos órgãos directivos da escola do cumprimento dos objectivos curriculares e a fundamentar a tomada de decisões sobre o percurso escolar do aluno.

A avaliação sumativa externa é da responsabilidade conjunta da Equipa Pedagógica Concelhia e da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário e tem por objectivo contribuir para a homogeneidade nacional das classificações permitindo a conclusão deste nível de ensino.

Outro aspecto que merece o nosso realce, diz respeito aos resultados dos demais instrumentos de avaliação que deverão referir-se tão-somente ao número de objectivos atingidos e não ao número de perguntas correctamente respondidas, como consideram alguns.

8.4. Avaliação aferida

Esta avaliação é feita em qualquer momento do processo ensino-aprendizagem e a análise dos seus resultados contribuirá para a tomada de decisões para a melhoria do sistema educativo

A avaliação aferida não tem nenhum efeito na classificação ou no progresso escolar dos alunos. As provas são elaboradas por especialistas mediante determinados critérios e são aplicadas pela Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário ou por outras entidades competentes designadas para o efeito, pelo Ministério da Educação, a nível local ou nacional com a finalidade de controlar a qualidade do ensino.

9. Sobre as retenções e aprovações dos alunos no ensino básico⁹

Segundo as normas regulamentadas no Decreto-lei nº 43/2003 de 27 de Outubro, a retenção no 1º ano de cada fase é excepcional e tem carácter pedagógico, visando dar oportunidade ao aluno para atingir os objectivos de aprendizagem no ano lectivo seguinte.

No final do primeiro ano da fase, o professor deve traduzir o juízo valorativo de progressão de cada aluno em informação sucinta sobre os objectivos não atingidos, a qual servirá de base à gestão do processo de aprendizagem no ano lectivo subsequente.

O professor classifica o aluno, de forma quantitativa e qualitativa nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas e Expressões Físico – Motora, Plástica e Musical.

Nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas, os alunos são submetidos a provas finais da fase, em cada uma das disciplinas.

As provas finais da 1ª fase são elaboradas a nível do Núcleo – Pedagógico e validadas pela equipa pedagógica. Os resultados obtidos pelo aluno nas provas finais são apreciados conjuntamente com a síntese da avaliação dos seis trimestres desta fase, o que resultará na classificação final do aluno. As informações sobre a avaliação nas áreas de Expressões Físico – Motora, Plástica e Musical, são dadas na base de uma classificação quantitativa e qualitativa, feito pelo professor que considera todos os elementos de avaliação contínua feita ao longo dos seis trimestres.

⁹ Decreto-Lei N.º 43/2003, de 27 de Outubro

9.1. Critério de aprovação na 1ª fase

O aluno fica aprovado, sob pena de retenção, no final da 1ª fase se obtiver a classificação final igual ou superior a Suficiente nas duas disciplinas nucleares:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Matemática.

A avaliação final da fase é da responsabilidade do professor, coadjuvado por um professor designado pelo Núcleo Pedagógico, os quais devem fazer uma análise ponderada da progressão do aluno, considerando para o efeito todos os elementos de avaliação obtidos ao longo da fase.

9.2. Progressão ou retenção na 2ª e 3ª fases

No final do primeiro ano da 2ª e 3ª fases, o professor classifica os alunos com base na síntese das informações dos três trimestres do ano, de forma quantitativa e qualitativa, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas e Expressões Físico – Motora, Plástica e Musical e com base na classificação, o professor decide sobre a progressão ou a retenção do aluno. Essa decisão de retenção só pode ocorrer se o aluno não obtiver Suficiente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

9.3. Avaliação final na 2ª e 3ª fases

No final de cada trimestre, o professor faz uma síntese dos registos de avaliação contidos na ficha individual do aluno e emite uma classificação quantitativa e qualitativa do aluno do 4º e 6º anos de Ensino Básico. No final do ano, o professor faz uma síntese dos registos de avaliação do 1º, 2º e 3º trimestres e emite um juízo valorativo, expresso em classificações quantitativas e qualitativas do aluno.

9.4. Provas Finais na 2ª e 3ª fases

No fim do 3º trimestre do 2º ano da 2ª e 3ª fases é aplicada ao aluno uma prova final nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Integradas. As provas finais do 2º ano da 2ª fase - 4º ano são elaboradas a nível do Núcleo Pedagógico e validadas pela Delegação do departamento governamental responsável pela área da educação. As provas finais do 2º ano da 3ª fase - 6º ano do Ensino Básico são elaboradas pela Equipa Pedagógica Concelhia, sob proposta dos Núcleos Pedagógicos e validadas pela Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário. Essas

provas finais são aplicadas e corrigidas pelo professor da turma e por um professor supervisor indigitado pelo gestor do pólo.

9.5. Classificação final

A classificação final do aluno resulta da média aritmética calculada da síntese das classificações obtidas no 1º, 2º e 3º trimestres com o resultado da classificação da prova final.

9.6. Critério de aprovação no 2º ano da 2ª e 3ª fases

O aluno fica aprovado no final do 2º ano da 2ª fase - 4º ano do ensino básico se obtiver classificação igual ou superior a Suficiente nas duas disciplinas nucleares:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Matemática.

O aluno fica aprovado no final do 2º ano da 3ª fase 6º ano do ensino básico - sempre que obtenha classificação igual ou superior a Suficiente em todas as áreas disciplinares do ensino básico.

CAPÍTULO II

OPÇÃO METODOLÓGICA

Como metodologias que serviram de apoio à elaboração desse trabalho, apresentamos as seguintes:

- Seleção de bibliografias para aprofundamento dos conhecimentos em relação à matéria;
- Criação de ficha de leitura;
- Observação de aulas periódicas e sistemáticas;
- Encontros de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, com os professores do Pólo Educativo;

Para efectuar o estudo de caso foi aplicado um questionário a 17 indivíduos, sendo 16 professores e uma gestora. Esses professores leccionam do 1º ao 6º anos de escolaridade, constituindo três turmas cada, com a excepção do 5º e 6º anos, com duas turmas cada.

Será um trabalho que merecerá reflexões críticas para o seu enriquecimento, fornecendo assim elementos para a qualidade do ensino. Pensa-se que terá impacto positivo no tocante à superação de dificuldades que os demais protagonistas de educação têm sobre o processo da avaliação das aprendizagens.

O sucesso de um aluno e da própria escola depende, essencialmente, de instrumentos e metodologias utilizadas devidamente e em tempos úteis pelo professor. Esse trabalho escrito poderá constituir mais uma ferramenta de trabalho do professor e dos próprios educandos, no seguimento e na orientação da sua actividade quotidiana.

1. Caracterização do meio

1.1. Localização

A Várzea da Companhia é um bairro que fica localizado na zona peri-urbana da ilha de Santiago e faz a ligação entre zonas importantes tais como, Terra Branca, Fazenda, Eugénio Lima e Achada de Santo António.

É de destacar que nesta localidade se encontram algumas infra-estruturas tais como, o Palácio do Governo, a Escola Secundária Cónego Jacinto, um Pólo Educativo, dois Jardins de Infância, uma Escola de Futebol (EPIF), um Posto de Saúde, um Cemitério, um Stadium

Municipal, a Biblioteca e Auditório Nacional e três Associações de Desenvolvimento Comunitário (Maria Ka Nporta, Várzea Solidária e Black Painters).

O diálogo com professores, pais e encarregados da educação e membros da comunidade local, através de sucessivos encontros e experiências vividas constituíram um momento privilegiado de reflexão que conduziu, afinal, à elaboração do estudo de caso referente à avaliação de aprendizagem numa das escolas da capital de Cabo Verde. Pois, muitos se reclamam e protestam acerca dessa questão e cabe-nos verificar como tem sido a avaliação das aprendizagens nesse Pólo Educativo.

1.2. Situação sócio-demográfica¹⁰

A procura do primeiro emprego, pelos jovens, é constante e sem quaisquer esperanças, por conseguinte, verifica-se muita prática de actos de vandalismo e de outros males sociais, tais como o roubo, a prostituição, a gravidez precoce, o alcoolismo, a droga, a violência doméstica, os maus tratos infantis, entre outros.

A população residente no ano 2000 era constituída por 3236 pessoas, sendo 1557 do sexo masculino e 1679 do sexo oposto. A maior parte da população é jovem, com idade compreendida entre os 10 e 19 anos, que abarca um total de 893 pessoas, sendo 457 do sexo masculino e 436 do sexo feminino.

Quanto ao abastecimento de água, por número de agregados familiares, 154 possuem água canalizada, 406 abastecem-se no Chafariz local e 161 conseguem água através de outros meios.

Da mesma forma se pode falar da iluminação, em que 565 dispõem de electricidade e 155 usufruem da iluminação por meio de outros combustíveis (petróleo, gás, entre outros).

A nível da instrução constata-se que num universo de 3236 pessoas, concluíram o pré-escolar 119 crianças, a alfabetização 49, o ensino básico integrado 1595, o ensino secundário 755, o curso médio 23, o curso superior e 60 e 635 não alfabetizados.

1.3. Caracterização do Pólo Educativo Local

1.3.1. Dimensão Física

A escola é uma Instituição, cujo objectivo é obter sucesso escolar e educativo dos alunos. Ela tem por missão, desenvolver global e equilibradamente, o aluno, no aspecto intelectual, na

socialização, à luz dos valores históricos socialmente determinados e na concretização de um projecto cultural, com vista à sua concreta integração na comunidade.

O Pólo Educativo, enquanto organização que presta serviço público e que se caracteriza pela «produção e construção de saberes» nesse nível de ensino, é um sistema bastante complexo pelo facto de nele interagirem professores, alunos, pessoal não docente, pais e encarregados de educação e ainda o próprio Estado, com o seu poder institucional legal que baliza o sistema educativo.

Também, não é menos verdade que o sucesso duma escola depende da eficiência e eficácia, no que diz respeito à organização, discussão e distribuição de tarefas a todos os agentes educativos, criando e estruturando os órgãos da gestão e administração escolar, com a finalidade de alcançar metas comuns.

Esse pólo Educativo Local foi construído em 1988, começando a funcionar no mesmo ano. É constituído por um edifício com 2 blocos, funcionando da seguinte forma:

- No 1º bloco, formado por 4 salas, sendo 2 no rés-do chão e 2 no 1º andar;

- No 2º bloco, formado por 6 salas, sendo 3 no rés-do chão e 3 no 1º andar;

Realça-se que três salas ficam vazias, sendo uma no período de manhã e duas da tarde, o que significa dizer que, nove salas funcionam no 1º e sete no 2º períodos do dia, respectivamente, somando um total de 16 salas funcionais.

Falando do espaço administrativo, existe um gabinete da Direcção e uma secretaria, bem como uma sala de Professores e de Arquivo e Produção de materiais Didácticos, constituindo um só bloco. O Pólo possui um armazém, uma cozinha, dois sanitários e um espaço desportivo de pequena dimensão, em estado muito degradado, onde os alunos e os professores realizam as actividades física e culturais. Não se pode esquecer que todas as infra-estruturas que compõem o referido Pólo Educativo, carecem de pintura, particularmente nas partes exteriores.

1.3.2. Dimensão Humana

O corpo docente do Pólo é constituído por 21 professores, sendo 16 em actividades lectivas, 1 gestora e 4 afectos aos serviços administrativos. Desses 21 professores, 14 se encontram nomeados na Carreira Docente (Quadro Definitivo) e 7 Eventual.

¹⁰INE, CENSO 2000

O pessoal discente alberga, neste momento, um total de 475 alunos e o docente 16 professores, distribuídos do 1º ao 6º ano de escolaridades, da seguinte forma:

1º ano.....	72 alunos
2º ano.....	82 alunos
3º ano.....	80 alunos
4º ano.....	99 alunos
5º ano.....	76 alunos
6º ano.....	66 alunos

Existem 3 turmas para cada ano de escolaridade, com a excepção do 5º e 6º anos com 2 turmas cada. As do 1º ao 3º ano funcionam no período de manhã e as restantes no período da tarde.

Verifica-se que nos anos de transição de fases (2º, 4º e 6º anos) existem uma acumulação de alunos repetentes, sendo 23% no 2º ano correspondente a 19 alunos e 11% no 4º ano, correspondente a 11 alunos e 9% que representa 6 alunos do 6º ano. Segundo as informações obtidas do questionário, os 23% dos alunos repetentes do 2º ano constituem uma turma.

O pessoal não docente está constituído por 4 cozinheiras que preparam e confeccionam as refeições quentes para o pessoal discente e duas empregadas dos serviços gerais que tratam da arrumação, limpeza e higiene de todos os espaços físicos do referido Pólo Educativo, durante os períodos do dia.

A segurança da escola é assegurada por apenas um guarda nocturno, que se revela ser insuficiente para dar cobertura à área abrangida pela instituição. Sendo uma Escola vítima de assaltos e vandalismos frequentes, carece de maior cobertura e sensibilização da população local, quanto a tais situações.

Relativamente à gestão Administrativa e Pedagógica, o Pólo Educativo conta com uma Direcção, um Conselho do Pólo, um Núcleo Pedagógico e seis Comissões de Trabalho que apoiam em todas as actividades realizadas no Pólo, segundo consta no Relatório do Início do Ano Lectivo elaborado pela Direcção dessa escola.

CAPÍTULO III

ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo pretende-se analisar os resultados do questionário aplicado, saber como tem sido a avaliação das aprendizagens num dos Pólos Educativos do Concelho da Praia.

Para realizar o presente estudo foi aplicado um questionário a professores em exercício docente e à gestora do referido Pólo, que permitiu quantificar os resultados obtidos. Depois de recolhidos os dados foram submetidos a análise e obteve-se os resultados que se seguem.

1. Professores

Gráfico nº 1- Idade

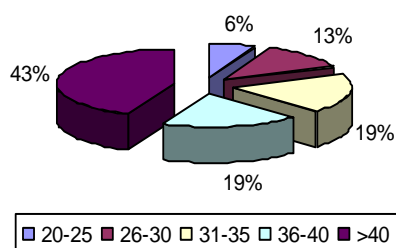
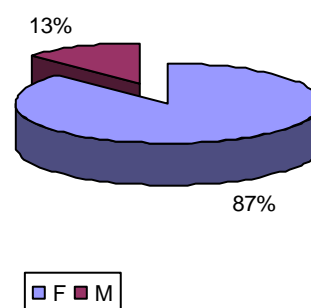


Gráfico nº 2- Sexo



Dos questionários aplicados aos professores, constatamos que 6% têm a idade compreendida entre os 20 e 25 anos, 43% entre os 26 e 30 anos, 19% entre os 31 e 35 anos, 19% entre 36 e 40 anos e 13% com idade superior a 40 anos, segundo o gráfico nº1. Deve-se salientar que desse grupo de professores, só há há dois do sexo masculino, que representam 13% do total, conforme o gráfico nº 2, representado.

Gráfico nº 3- Habilitações Literárias

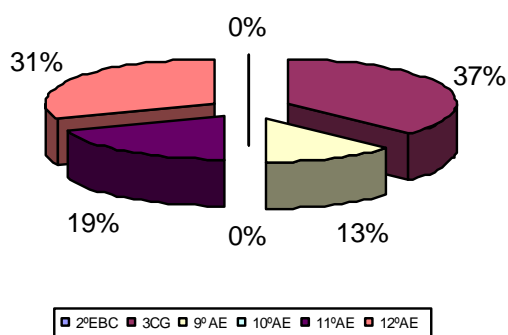
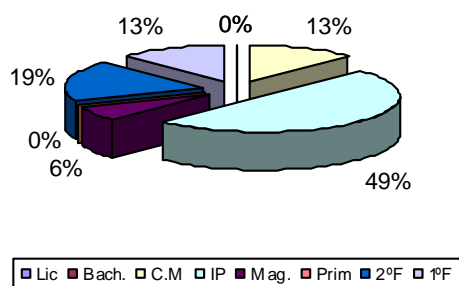


Gráfico nº 4- Formação Profissional



Ainda é de salientar que a maioria desses professores possui o 3º ano do Curso geral, correspondente a 37% (gráfico nº3), 31% possui o 12º ano, 19% com 11º ano e 13% com 9º ano de escolaridade. E quanto à formação profissional, verifica-se que a maioria deles é qualificado ou seja, 49% têm o instituto Pedagógico, 19% com a 2ª fase da FEPROF, 13% com a 1ª fase 6% com o Magistério Primário e 13% possui o Curso Médio, conforme nos indica o gráfico nº4.

Por outro lado, verifica-se que mais de 90% dos professores trabalham há mais de seis anos (ver tabela nº 5 no anexo), o que demonstra que possuem uma vasta de experiência profissional.

Gráfico nº 7- Modalidade de Avaliação

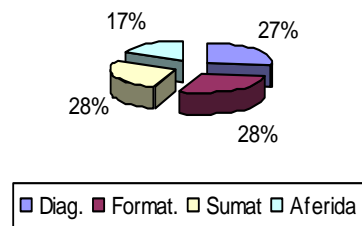
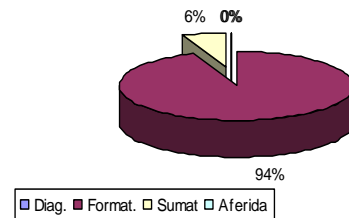
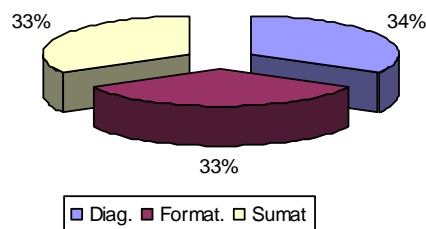


Gráfico nº 8-Modalidade de Avaliação com maior peso



Todos os professores do Pólo Educativo em estudo(100%) consideram que a nível do ensino básico, as modalidades da avaliação existentes são a diagnóstica, a formativa e a sumativa e 37% deles desconhecem a aferida (ver gráfico nº7). Dado à importância das modalidades de avaliação, a maioria dos professores (94%), consideram que a avaliação formativa é a que tem maior peso na avaliação das aprendizagens dos alunos, pois é possível informar os intervenientes no acto educativo acerca da qualidade dos processos em que estiveram ou estão envolvidos, pelo facto de ter um carácter contínuo e sistemático, ou seja, as decisões que se tomam sobre o andamento do processo da aprendizagem e ensino deverão decorrer sempre do juízo de valor que se chega sobre a totalidade das informações recolhidas e tratadas durante esse processo.

Gráfico nº 9- Quando a Avaliação é Aplicada



De acordo com o gráfico nº 9, cada uma das três principais modalidades da avaliação está distribuída equitativamente e é aplicada em função dos momentos prescritos no ponto que fala das modalidades de avaliação previstas no nosso normativo, sendo 34% para a diagnóstica e 33% para cada uma das restantes e salienta-se que 14 professores souberam indicar a periodicidade de aplicação dessas modalidades, o que corresponde a 88% do total e, pelo que constatamos no questionário, dois professores não responderam correctamente a questão, que corresponde a 12%.

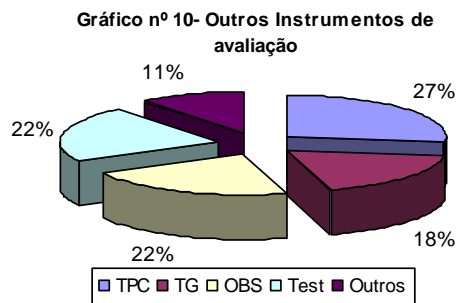
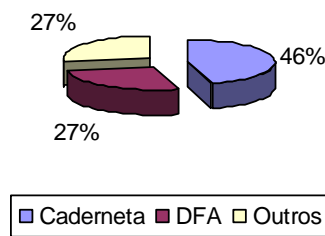


Gráfico nº 17: Documentos de registo de avaliação



Os instrumentos que utilizam para avaliar as aprendizagens dos alunos ao longo das actividades lectivas, tais como o Trabalho de Casa(TPC), Trabalho de Grupo(TG), Observação(Obs), Testes(Test) e Outros, consideraram-nos todos importantes, sendo 15 professores optaram para o trabalho de casa (94%), 10 para o trabalho de grupo (63%), 12 para observação (75%), 12 para testes (75%) e 6 para outros instrumentos (38%), tais como, perguntas orais, trabalhos individuais, diálogo, conforme nos indica o gráfico nº 10. Havendo a necessidade de registar as avaliações de aprendizagens dos alunos, a maioria dos professores (46%) consideraram a caderneta, 27% apontaram para o Diário de Frequência e de Avaliação e 27% para outros documentos, tais como o caderno pessoal, fichas, entre outros (ver o gráfico nº17).

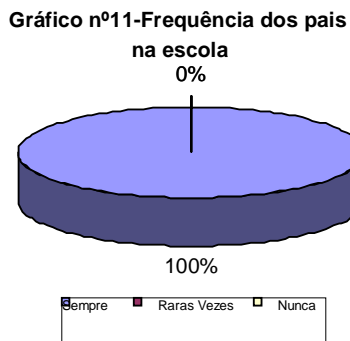
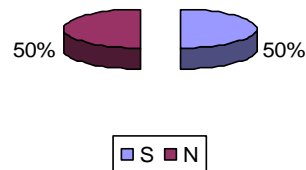


Gráfico nº 16: Os pais vão a escola por iniciativa própria?



Todos os professores do Pólo Educativo em estudo (100%) afirmaram que sempre fornecem aos pais e encarregados da educação informações acerca dos progressos e dificuldades

dos seus educandos, permitindo assim, um melhor acompanhamento e orientações, face ao processo educativo, conforme consta no gráfico nº 11. Contudo, os professores alegam que os pais nem sempre vão à escola por iniciativa própria, sendo 50% responderam sim e 50% responderam não (gráfico nº 16).

Gráfico nº 12-Causas de Repetência

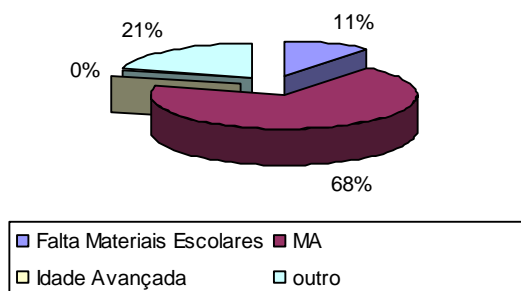
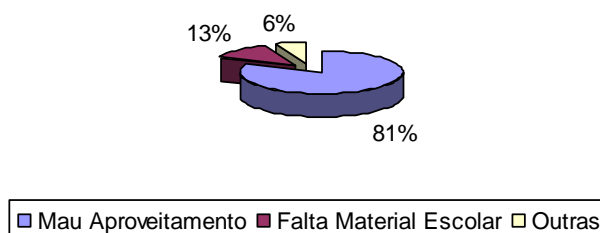


Gráfico nº 18: Causas do Insucesso Escolar



Como principais causas da repetência e do insucesso escolar, a maioria dos professores apontaram para o mau aproveitamento por parte dos alunos, segundo os gráficos nºs 12 e 18, ou seja 13 professores, que correspondem 81%. e 25% deles indicam outros aspectos como principais causas da repetência, tais como a falta de interesse, mau comportamento moral e cívico, falta de assiduidade, entre outros.

Gráfico nº13- Quem Elabora Teste Sumativo

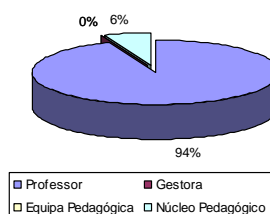


Gráfico nº14- Quando é Elaborado os testes

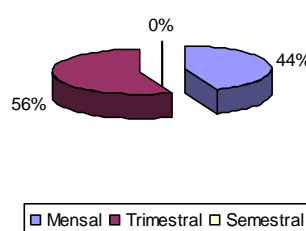
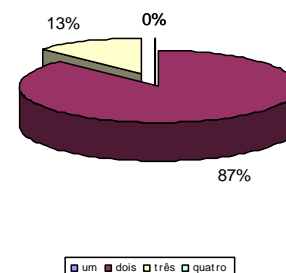


Gráfico nº15- Quando teste elabora por Trimestre



Quanto aos testes sumativos, estes são elaborados, maioritariamente, pelos professores do Pólo, ou seja, 15 professores (94%) fazem essa afirmação e 1 (6%) afirma que são elaborados pelo Núcleo Pedagógico, conforme nos mostra o gráfico nº 13. Entretanto, periodicamente os professores se agrupam por anos de escolaridade e, em função dos objectivos e unidades temáticas trabalhadas na sala de aula, elaboram os testes sumativos de acordo com o nível dos

alunos¹¹, que serão submetidos, posteriormente, ao Núcleo Pedagógico para a sua análise e validação. Pois, segundo o gráfico nº14, 9 professores (56%) afirmam que os testes sumativos são elaborados trimestralmente e 7 dizem que são elaborados mensalmente (44%), conforme nos indica o gráfico nº13, o que nos leva a crer que esses últimos aplicam os testes sem valorizar a periodicidade, uma vez que se pretende aferir os resultados já recolhidos das outras avaliações, no final de cada trimestre, segundo o Decreto-Lei nº 43/2003 de 27 de Outubro. Por conseguinte, a maioria dos professores (87%) afirmam que são elaborados dois testes sumativos em cada trimestre e apenas um professor(13%) diz que são elaborados três testes trimestralmente (ver gráfico nº15), pois considermos que esse professor, ou não dá atenção ao número de testes sumativos aplicados ou talvez não sabe distinguir as diferentes modalidades da avaliação.

2. Análise de outras perguntas do questionário dirigido aos professores

A maioria dos professores¹² (75%) afirmam que iniciam as aulas com base na motivação. Segundo (MARQUES,1983:23) *«começar as aulas com uma boa motivação deveria ser uma regra geral. Uma fotografia, um desenho, uma notícia, um texto, são motivos mais fáceis de empregar. A sua função é despertar o aluno para uma boa criatividade, interessá-lo para as aprendizagens»*. No que se refere ao ensino aprendizagem¹³, a maioria dos professores deixa entender que se preocupa mais com os objectivos que não foram atingidos pelos alunos e com as suas próprias aprendizagens. Entretanto, verifica-se que várias actividades são apresentadas aos alunos, com vista a pôr cobro às demais dificuldades que possam surgir ao longo do processo, tais como o debate, o diálogo, a observação, a pesquisa, a produção e a criatividade¹⁴.

Quanto á questão nº 25, 94% dos professores (15) disseram que a avaliação dos seus alunos ao longo das aulas será feita sempre através de exercícios orais e escritos, observação e diálogo e 6% deles (1) nada opinou a respeito.

Sobre a questão nº 30, outros 94% afirmam que organizam a turma em grupos para que os alunos com mais dificuldades e mais tímidos se sintam integrados e ganhem mais experiências com os outros e 6% (1) nada pronunciou.

¹¹ Ver tabela nº 22 no anexo

¹² Ver tabela nº 17 no anexo

¹³ Ver tabela nº 13 no anexo

¹⁴ Ver tabela nº 20 no anexo

75% dos professores (12) disseram que costumam sentir os alunos com mais dificuldades à frente ou o mais próximo possível do quadro ou do professor e os restantes 25% alegam que sentam os esses alunos junto dos que estão mais avançados em termos de aprendizagem.

No que concerne às visitas domiciliárias, 75% dos professores (12) afirmam que a intenção das visitas é de conhecer mais de perto a situação sócio-económica e cultural (realidade) dos alunos e da família, 12,5% disseram que realizam visitas domiciliárias com a intenção de fornecer informações a respeito dos educandos, enquanto que os outros 12,5% deixaram a pergunta em branco, o que nos leva a crer que, ou não conhecem a importância dos contactos com a família ou nunca realizaram visitas domiciliárias.

3. Análise do questionário dirigido à gestora do Pólo

Atendendo que essa figura é individual, consideramos que cada questão representa 100%, conforme a tabela em anexo e passamos analisar as de maior relevância.

A gestora considera que os testes sumativos são elaborados pelo Núcleo Pedagógico, enquanto que os professores afirmam que são elaborados por eles e posteriormente analisados e aprovados pelo Núcleo Pedagógico, constituindo assim, um desencontro de informação entre essas figuras.

Outro aspecto contraditório visa a periodicidade da elaboração dos testes. Pois, os professores confirmam que os testes são elaborados trimestralmente enquanto que a gestora aponta para mensalmente, fazendo-nos entender que essa figura que orienta a gestão administrativa e pedagógica do Pólo não dá atenção à quantidade dos testes sumativos elaborados e se calhar não conhece o período da sua elaboração. Entretanto, salientamos alguns aspectos positivos que merecem ser cultivados nesse estabelecimento tais como: o registo das avaliações dos alunos, fornecimento de informações aos pais e encarregados da educação relativamente às progressões e dificuldades dos alunos, realização de reuniões periódicas com os pais e encarregados da educação, visitas domiciliárias, realização de actividades extra-curriculares que despertam interesses nos alunos(feiras de lazer, intercâmbios, passeios-convívios, visitas de estudo), ver tabela da gestora no anexo.

4. Progressão dos alunos no 1º e 2º trimestres do ano lectivo 2006/07

Ano de estudo	Nºalunos	Nºalunos c/objectivos	Nºalunos s/objectivos	Taxa de insuficientes	Observações
1º	73	69	4	5,4%	
2º	82	76	6	7,3%	
3º	80	75	5	6%	
4º	99	91	8	8%	
5º	75	65	10	13%	
6º	66	55	11	16,6%	
Total	475	431	44	9%	

Quadro nº 1 de avaliação dos alunos no 1º trimestre

Verifica-se no quadro nº 1 que num universo de 475 alunos que frequentaram as aulas ao longo do 1º trimestre, 44 deles possuem algumas dificuldades de aprendizagem, correspondente a 9%. Por conseguinte, constatamos que a maior taxa dos alunos com insuficiência centra-se na 3ª fase, com maior incidência no 6º ano, pois para que esses alunos ultrapassem as dificuldades, é necessário a realização de algumas actividades de recuperação.

Ano de estudo	Nºalunos	Nºalunos c/objectivos	Nºalunos s/objectivos	Taxa de insuficientes	Observações
1º	72	72	4	5,5%	
2º	82	77	5	6%	
3º	80	75	5	6%	
4º	96	85	11	11%	
5º	75	73	2	2,6%	
6º	64	53	11	17%	
Total	469	435	38	8%	

Quadro nº2 de avaliação dos alunos no 2º trimestre

O quadro nº2 nos indica que houve uma diminuição de alunos, pelo que apontamos 4 desistidos e 2 transferidos, passando a ter um universo de 469 alunos. Por outro lado o número de alunos com dificuldades de aprendizagem diminuiu-se, passando a ser de 8% do universo.

Quanto ao grau das progressões, nota-se que a taxa de alunos insuficientes diminuiu consideravelmente no 1ºano da 3ª fase, conforme se vê no referido quadro.

Verificamos também que no 4º e 6º anos, as taxas de insuficiência cresceram para 11 e 17%, respectivamente e regista-se uma progressão muito satisfatória dos alunos no 5ºano, ou seja, a taxa de insuficiencia que no 1º trimestre era de 13%, passou a ser de 2,6% no 2º trimestre. Nesse aspecto, salienta-se que os professores se mostraram-se empenhados e preocupados face às aprendizagens dos seus educandos.

5. Considerações finais

A elaboração deste presente trabalho sobre “A avaliação das Aprendizagens no Ensino Básico”, voltado para um dos Pólos Educativos da Praia, sustentou-se basicamente no levantamento de pesquisas bibliográficas, conhecimentos e experiências adquiridas durante as minhas vivências profissionais do levantamento de dados através de questionários aplicados ao pessoal docente e à gestora do pólo.

Como já tivemos oportunidade de verificar, avaliar consiste em analisar e interpretar informações que, devidamente apreciadas através de um juízo, permitem a tomada de decisões e não há razões para acreditar em metodologias e regras de valor universal, ou seja, em qualquer avaliação, terá que aceitar o princípio de que o avaliador põe em jogo o seu «bom senso», a sua «intuição» e a sua capacidade de reflexão sobre o objecto a avaliar, tendo como base sólida a formação científica, técnica e moral.

É de realçar que os professores e a escola dispõem de fichas de informação sobre os resultados de aprendizagem dos alunos. Através dessas fichas, os alunos e pais e encarregados da educação ficam e informados quanto às aprendizagens, quer em aspectos mais académicos quer relativamente a atitudes e comportamentos pessoais e sociais ao longo de um determinado período.

Tendo em conta a pergunta de partida, podemos dizer que as hipóteses anteriormente levantadas foram comprovadas na sua maioria, visto que constatamos que são várias as preocupações dos professores em melhorar o processo educativo. Realçamos que a maioria possui um nível académico e profissional qualificado e adequado para assegurar e promover a formação da personalidade das nossas crianças e não se deve esquecer que mais de 90% deles têm anos de experiência satisfatórios que os ajudem no exercício das suas actividades.

Como forma de responder às Questões/hipóteses levantadas podemos concluir que os professores se preocupam em melhorar o processo ensino-aprendizagem, utilizando como mecanismo central a avaliação que será capaz de fornecer informações sobre o seu exercício e sobre o nível das aprendizagens dos alunos.

Um outro aspecto que merece destaque visa a realização de actividades, pelos professores, direccionadas aos alunos que possuem mais dificuldades de aprendizagem, pois essa atitude nos indica que há uma preocupação em colocar os alunos no centro das aprendizagens.

Conforme constatamos no gráfico nº7 em anexo, todos os professores (100%) conhecem as modalidades de avaliação de aprendizagens aplicadas no ensino básico, para além de outros instrumentos que utilizam para complementar e consolidar as aprendizagens dos seus educandos.

Existem algumas questões respondidas pelos professores que constituíram algum embaraço na análise, pois alguns não souberam definir correctamente o conceito da avaliação da aprendizagem, outros não consideraram a avaliação aferida como uma das modalidades empregadas no ensino básico, se bem que não tem efeitos sobre a progressão escolar dos alunos, mas terá lugar no momento em que se pretende avaliar o sistema de ensino, a nível nacional, regional ou local, visando, em especial, os respectivos resultados curriculares e procedimentos adoptados, segundo padrões comuns, no domínio dos saberes e aptidões. Por outro lado, constatamos que uma boa parte dos professores do pólo alegam que os testes sumativos são elaborados mensalmente, afirmação essa que contradiz a opinião da maioria e a periodicidade de aplicação de cada uma das modalidades regulamentadas pela legislação vigente no sistema educativo caboverdeano.

6. Sugestões

Considerando a igualdade de oportunidades e o sucesso educativo dos alunos, a escola deve, na medida das possibilidades, desenvolver medidas de apoio pedagógico ao longo do ano lectivo, sempre que se verifiquem significativas dificuldades de aprendizagem.

Cabe aos órgãos de Gestão e de Administração da escola, sob propostas das estruturas de orientação e supervisão, organizar as actividades e programas de apoio pedagógico, com a finalidade de colmatar as dificuldades encontradas e complementar o processo educativo.

Para que a avaliação tenha realmente o seu efeito, o professor terá que ter o maior número possível de elementos informativos sobre os seus alunos, que lhe permitirão compreender o tipo de alunos que tem, podendo, assim, detectar onde se encontram as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e propor medidas de melhoria.

Atendendo que os alunos aprendem ou produzem algo que lhes interessa, têm, portanto, o direito de saber se estão no bom caminho, qual é a importância do que estão a realizar, como é possível melhorar a aprendizagem, que factores provocaram eventuais dificuldades e como fazer para chegarem a resultados mais satisfatórios. Neste caso, o professor ajuda os alunos a tomarem consciência do modo como se comportam ao longo das suas actividades.

A avaliação de aprendizagem é, portanto, uma necessidade, tanto para o professor como para os alunos, no sentido de melhorar a qualidade de intervenção do docente e de conhecer a melhor maneira de aprender.

É muito importante que as actividades avaliativas forneçam dados que permitam ao professor interrogar-se sobre a forma como actua, sobre as técnicas que utiliza, de modo que ele possa adaptar o seu ensino às características e às necessidades e interesses dos seus alunos e que estes se sintam mais implicados e mais estimulados uma vez que lhes são fornecidas indicações que os ajudem orientar os seus esforços na direcção adequada.

7. Algumas recomendações a empreender

Para que a educação tenha prosperidade, tanto os que ensinam como os que aprendem terão que aceitar e criar as novas técnicas de avaliação e enterrar os velhos hábitos, isto é, deixar de avaliar e classificar os alunos, apoiando exclusivamente nos testes sumativos, como tem sido o hábito em algumas escolas do país, pois esse processo tende a criar um ambiente, nem sempre saudável entre os alunos e aparecerão situações conflituosas entre eles e os próprios professores. O professor é uma figura para orientar o aprendiz a melhorar seus conhecimentos e não tem o papel de desvalorizar as competências académicas dele através de uma nota fantasiada ou fictícia. Por outro lado, o professor deve explicitar bem claro os critérios da avaliação e informar quais os indicadores que incidem sobre a avaliação das aprendizagens, permitindo assim, um diálogo mais construtivo com o educando. Como dissemos atrás, ao clarificar os critérios da avaliação, está também a torná-la com uma certa objectividade e o aluno não terá uma determinada nota por critérios que só o professor conhece, mas que ambos conhecem.

Alertamos aos professores no sentido de fazerem da avaliação um processo contínuo: antes durante e depois da aprendizagem. É preciso saber sempre onde se encontra o aluno, em termos de alcance dos objectivos previstos.

Se a cada momento o aluno está aprendendo coisas novas, também é necessário que o professor saiba o que o aluno está aprendendo, para poder propor novos métodos e actividades para uma nova aprendizagem

Relembremos que a avaliação não é para surpreender o aluno, mas sim, uma oportunidade para que ele revele os conhecimentos, as habilidades e competências.

Uma outra recomendação vai no sentido de promover encontros periódicos, envolvendo todos os professores do Pólo Educativo, com a finalidade de reflectirem, debaterem e discutirem questões ligadas ao processo de avaliação e que estejam sempre munidos de documentos de apoio pedagógicos, sem esquecer de outros normativos que regulam o referido processo para que não surjam interpretações subjectivas ou que suscitem dúvidas em determinadas matérias ou assuntos que os professores julgarem pertinente e interessante no seu exercício profissional.

Convicto estaremos de que este trabalho será mais um contributo e deverá constituir um dos instrumentos de trabalho do professor e dos próprios educandos, no seguimento e na orientação do processo ensino-aprendizagem.

6. Bibliografias consultadas

CARRASCO, José Bernardo, (1989). **Como Avaliar a Aprendizagem**. Eições ASA, 1ª Edição, Lisboa.

CORTESÃO, Luísa e **TORRES**, Maria Arminda, (1994). **Avaliação Pedagógica II – Mudança na Escola – Mudança na Avaliação**. Porto Editora, Cidade do Porto.

FONSECA, Vítor da, (1984). **Uma introdução às Dificuldades de Aprendizagem**, Editorial Notícias, Lisboa.

LIBÂNEO, José Carlos, (1985). **A Prática de Professores da Escola Pública**. São Paulo-Brasil.

LUCKESI, Cipriano C. (1986). **Avaliação Educacional Escolar: Para Além do Autoritarismo**. São Paulo. Atlas.

MARQUES, Ramiro (1983). **Mudar a Escola – Novas Práticas de Ensino**. Lisboa. Editora Livros Horizonte.

MARTINEZ, Maria Pilar e **GARCIA**, Maria Carmen. (1982). **Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Editora, Cidade do Porto.

MUNIZ, Baudilio Martinez. (1989). **A Família e o Insucesso Escolar**. Porto Editora. Cidade do Porto

PILETTI, Claudino. (1987), **Didáctica Geral**. São Paulo. Ática.

PINTO, Jorge e **LEAL**, Leonor Cunha. (1994). **Avaliação Pedagógica**-Antologia de Textos. Setúbal. Escola Superior da Educação

RIBEIRO, Lucie Carrilho (1999) **Avaliação da Aprendizagem**. Texto Editora, Lisboa.

VILAR, A. De Matos (1990). **Avaliação dos Alunos no Ensino Básico**. Eições ASA, Lisboa.

WWW. Gestiolis. Com/Canalis 4/rrhh/aprendizagem.htm-102 K- Por Maria Elisabetha Pereira Kremr. Acesso em 09 de Junho de 2007

8. Documentos normativos

DECRETO-LEI nº 43/2003 de 27 de outubro

